

COMISSÃO



A secretária afirmou que 6,5 milhões de famílias serão atendidas até o final de 2004 e que será criado o Sistema Nacional de Assistência Social nos moldes do SUS

Assistência Social atingirá todas as famílias pobres, garante governo

Até o final de 2006, o governo federal pretende fazer chegar a todas as famílias consideradas na linha da pobreza os benefícios dos programas sociais – um total de 11,6 milhões de famílias. A informação é da secretária nacional de Assistência Social, Márcia Lopes, que participou ontem do seminário *Brasil: Propostas de Desenvolvimento*, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Ela revelou que os programas beneficiam 4 milhões de famílias e que, até o final de 2004, 6,5 milhões de unidades familiares serão atendidas.

Márcia Lopes informou ainda que o governo criará o Sistema Nacional de Assistência Social nos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de integrar os 5.561 municípios brasileiros. A secretária citou ações governamentais em atendimento a medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e na Lei Orgânica da Assistência Social.

O seminário, que se encerra no dia 29 de junho, debateu ontem o tema *Questões sociais e sua relação com o desenvolvimento do Brasil*. Os debates ocorrem sempre às terças-feiras. O próximo tema será *Gestão da Coisa Pública*, a ser discutido em 1º de junho.

Reformas

Para a deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), que abriu o debate, não se pode falar em questão social sem abordar as questões econômicas e políticas. Em sua visão, as desigualdades do País resultam de um modelo que permitiu o desenvolvimento da produção acompanhado da concentração de renda. Essa realidade começou a se alterar, disse ela, com a discussão das reformas e a implantação do Plano Real. Yeda Crusius, porém, considerou que o quadro das reformas estruturais ainda está incompleto. “Se não houver transparência no uso do dinheiro público, haverá retrocesso”, alertou.

Fome Zero

Já o professor Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas,



J. BATISTA

O deputado Gonzaga Mota (C) coordenou os trabalhos do seminário

criticou a ação do governo na área social. Para ele, o programa Fome Zero não constituiu um avanço. Ele classificou a política social do governo como “de ruptura” com os programas que estavam dando certo no governo anterior. Neri considerou eficiente o Projeto Alvorada, lançado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, lembrando que o programa visava a reduzir as desigualdades regionais pela melhoria das condições de vida nas áreas mais carentes. O indicador usado para medir o grau de desigualdades era o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU.

Neri defendeu a criação de uma linha internacional oficial de pobreza, que estabeleça critérios para combate às desigualdades sociais.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que encerrou o debate, lembrou que o projeto que institui uma renda mínima aos cidadãos (PL 254/03), de sua autoria, é uma alternativa eficiente para combater as desigualdades. “A proposta é perfeitamente possível”, assegurou o senador, que também defendeu a definição de uma linha oficial de pobreza e a adoção de políticas sociais mais simples pelo governo.

Convênio vai liberar 380 mil dólares para a Amazônia

O presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, deputado Júnior Betão (PPS-AC), participou, na manhã de ontem, da cerimônia de assinatura de convênio internacional entre a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). O convênio prevê a liberação de 380 mil dólares (cerca de R\$ 1,14 mi-



Júnior Betão

lhões) para projetos que trabalhem com a gestão sustentável das florestas. “A assinatura de

acordos como este deixa claro o empenho de todos os países da América do Sul em encontrar uma solução para reduzir os graves índices de pobreza, com o apoio de organizações internacionais”, afirmou o parlamentar. O evento ocorreu no Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores.

Os recursos do convênio, batizado de Processo de Tarapoto, serão aplicados nos oito países que integram a OTCA – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O deputado reuniu-se an-

tes com a secretária-geral da entidade, a equatoriana Rosália Arteaga, para acertar os detalhes sobre a assinatura do convênio.

Um dos objetivos dos países membros da OTCA é alcançar a sustentabilidade do manejo das florestas amazônicas para o bem-estar econômico, social, cultural e ambiental das populações da região. O processo de cooperação técnica e financeira prevê a execução de projetos até novembro de 2005.

PINGA-FOGO

Pirataria

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o Escritório de Comércio da Casa Branca, do governo dos EUA, que divulgou relatório apresentando o Brasil como um dos países que mais comete pirataria, desrespeitando os direitos intelectuais e de marca. Segundo a deputada, o relatório acusa o Brasil de não aplicar de forma suficiente as leis para combater esse crime. O texto considera que o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, responsável pelas patentes de produtos, está paralisado ou trabalha com morosidade. “Os EUA não têm qualquer direito nem condição política ou moral de criticar nosso País. Não pode fazer críticas injustas, levianas e inverídicas contra o Brasil”, criticou a deputada, que é vice-presidente da CPI da Pirataria. Ela lembrou que a comissão tem feito um excelente trabalho junto ao governo federal no combate a esse crime.

Serviço social

Por ocasião do dia do profissional do serviço social, comemorado em 15 de maio, Selma Schons (PT-PR) parabenizou a categoria e fez um relato histórico do surgimento da profissão, no final do século 19, quando a expressão da pobreza e vários problemas sociais levaram o Estado a responsabilizar-se por esta área. “Esse profissional é muito importante, uma vez que trata de construir conceitos da assistência política social pública, que trabalha muito com os conceitos das mediações. Percebemos a falta de comida, mas queremos saber por que a pessoa não tem comida, escola ou casa”, disse a deputada, que é assistente social. “Essa é a maneira de se tentar construir mediações. Portanto, trabalhar na questão imediata não é assistencialismo. É política assistencial”, definiu.